



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, INCLUSÃO E
DIVERSIDADE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, INCLUSÃO E
DIVERSIDADE**

PROTÓTIPO DE APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS – UNIACCESS

MAYNE COSTA CERQUEIRA

SUSANA COUTO PIMENTEL

FEIRA DE SANTANA

2022

MAYNE COSTA CERQUEIRA

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PPGECID) no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva, Inclusão e Diversidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Susana Couto Pimentel

FEIRA DE SANTANA

2022

C416p Cerqueira, Mayne Costa

Protótipo de aplicativo para dispositivos móveis - UNIACCESS. /
Mayne Costa Cerqueira. -- Feira de Santana, 2022.
25 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Susana Couto Pimentel.
Produto Educacional (Mestrado Profissional) - Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Ciência e Tecnologia em
Energia e Sustentabilidade. Programa de Pós-Graduação em Educação
Científica, Inclusão e Diversidade.

1. Pessoas com deficiência. 2. Inovação tecnológica - Educação
superior. 3. Tecnologia assistiva. 4. Inclusão - Pessoas com
deficiência. I. Pimentel, Susana Couto. II. Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD - 371.9

COMISSÃO EXAMINADORA DE MAYNE COSTA CERQUEIRA

Produto aprovado em 30 de setembro de 2022

Prof.^a Dr.^a Susana Couto Pimentel
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinadora Interna

Prof.^a Dr.^a Lucimêre Rodrigues de Souza
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinadora Externa

RESUMO

Este produto educacional foi idealizado durante a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PPGECID), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), intitulada “Permanência na Educação Superior: Percepções de Estudantes com Deficiência na UFRB”. O produto em questão trata-se da proposta de inovação tecnológica com o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis denominado “UNIACCESS”. A proposta de criação do aplicativo objetivou facilitar a comunicação do estudante com deficiência com o núcleo de políticas de inclusão da UFRB, no intuito de informar as suas demandas relativas as condições de acessibilidade com vistas a favorecer a sua permanência na instituição. Além disso, o aplicativo pode promover a escuta e a autonomia do estudante ao permitir que ele sinalize a sua necessidade a partir do acesso pelo seu próprio dispositivo móvel. Ademais o aplicativo pode favorecer uma comunicação mais eficiente das políticas institucionais de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com Deficiência; Políticas Públicas de Inclusão; Permanência na Educação Superior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
O PROTÓTIPO E SUA CONFIGURAÇÃO	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

A presença de estudantes com deficiência na Educação Superior tem intensificado o debate em torno do papel e compromisso da Universidade na implantação de políticas e ações que assegurem o direito a inclusão de tais alunos na vida acadêmica. Este debate é amparado na concepção de educação inclusiva que estabelece como meta o pleno acesso de todas as pessoas à educação nos diferentes níveis, bem como a eliminação de barreiras que excluem uma camada da sociedade sob a alegação da sua deficiência.

Essas reflexões sobre educação inclusiva assumidas neste trabalho, ancoradas no chamado modelo social da deficiência, advém da abordagem conhecida internacionalmente como Disability Studies (DS) que identifica na estrutura social, que oprime e obstrui a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência, a causa primeira das desigualdades existentes na sociedade. Compreende-se, assim, que não é a lesão ou a limitação física responsável pela obstrução da participação e sim as barreiras constituídas por uma sociedade limitante.

O modelo social de deficiência, proveniente dos estudos produzidos, preliminarmente, por intelectuais marcados pela experiência da deficiência em seus próprios corpos, estruturou-se em oposição ao modelo médico, que pressupõe a existência de uma relação de causalidade entre a lesão e as desigualdades vivenciadas socialmente. Para o modelo social, a lógica é inversa, a sociedade capitalista, que somente valoriza corpos produtivos e funcionais, é que produz a opressão e a marginalização da pessoa com deficiência, impedindo-a de se desenvolver em todas as suas potencialidades. (DINIZ, 2007).

Diferentemente do que a cultura dominante estabelece, o grupo social constituído pelas pessoas com deficiências não é homogêneo quanto às características sociais, econômicas, religiosas, étnicas ou educacionais. Cada indivíduo tem características próprias, construídas em interação com seu contexto social, educacional e cultural. (MENEZES, 2015).

Embasadas nessa concepção, que compreende a importância de um contexto em que sejam eliminadas as barreiras que obstruem a plena participação de pessoas com deficiência, as políticas inclusivas ganharam força no Brasil nas últimas décadas. No campo educacional, por exemplo, o número de pessoas com deficiências matriculadas em curso superior vem crescendo significativamente nos últimos anos.

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2020, existem no Brasil 59.901 alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação matriculados nos cursos de graduação, correspondendo a 0,69% do total de matrículas de tais cursos. ¹(INEP, 2022). Embora ainda tão inexpressivo em relação a totalidade das matrículas, esse número revela um crescimento destes estudantes neste nível de ensino, pois, analisando os dados de 10 anos antes, no Censo da Educação Superior de 2010 foram registradas 20.287 matrículas e este número representava 0,37% do total das matrículas daquele ano. (INEP, 2012).

Uma das explicações para esse dado está no crescimento da matrícula dessas pessoas no ensino fundamental e médio, a partir das políticas de universalização da educação básica, o que faz com que um maior número desses estudantes passe a buscar a formação universitária. Ao analisarmos o Censo da Educação Básica, pode-se observar que houve um crescimento das matrículas no mesmo período analisado anteriormente. Em 2009, por exemplo, o número de matrículas de alunos do chamado público-alvo da educação especial ² na educação básica, era 639.718 (INEP, 2019), já em 2019 este número saltou para 1.250.967 (INEP, 2020).

Porém, ao ingressar na Educação Superior o estudante com deficiência se depara com uma nova realidade e passa por diversas mudanças em sua rotina de estudos e de interação com o saber no ambiente acadêmico.

A entrada na vida universitária convoca o estudante a uma mudança rigorosa e profunda em sua rotina e em sua relação com o conhecimento. Para não fracassar no percurso acadêmico, ele terá que superar as adversidades próprias da Educação Superior e afiliar-se a um novo espaço, apreendendo suas peculiaridades e suas regras. O mundo acadêmico vai exigir do estudante um certo grau de autonomia e confiança, além de outras características compatíveis ao perfil universitário. (OLIVEIRA, 2017, p. 72).

¹ O INEP considera que o mesmo discente pode ter mais de uma deficiência, portanto ele será computado em todos os casos.

² O Censo da Educação Básica, realizado através do INEP, considera alunos público-alvo da educação especial os estudantes com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Esse processo, composto por novos códigos e desafios, pode ser um acontecimento de alto impacto, pois exigirá do estudante a ruptura com o mundo escolar. Segundo Coulon (2008), não se trata de um processo natural ou espontâneo, mas delicado e complexo, cujas implicações se assemelham a aprendizagem de um ofício – o ofício de estudante.

Desse modo, é preciso que na elaboração de políticas institucionais, voltadas para a promoção da afiliação e permanência dos estudantes na universidade, estejam claramente descritos os dispositivos de suporte que visam fortalecer suas trajetórias acadêmicas. Oliveira (2017) afirma que essas estratégias são fundamentais para a inserção qualificada dos estudantes na Educação Superior, pois aumentam as possibilidades de apropriação do saber científico e de manejo das regras institucionais.

Destaca-se que essa nova realidade é desafiadora para todos os estudantes que ingressam nesse nível de ensino. Porém, para os estudantes com deficiência o desafio pode ser potencializado se não estiverem asseguradas condições específicas e necessárias de acessibilidade.

Pode-se afirmar que existem inúmeras políticas, documentos e diretrizes, no âmbito da Educação Superior brasileira, que tratam da presença de pessoas com deficiência neste nível de ensino. No entanto, sob o ponto de vista da materialização dos referidos documentos e diretrizes, a inclusão ainda encontra inumeráveis desafios. O que se observa, no geral, é que a trajetória acadêmica desse público em muitas Instituições de Ensino Superior (IES) continua marcada pelo preconceito, invisibilidade institucional e/ou lentidão na implementação de ações que promovam efetivamente a inclusão educacional no contexto universitário. (NASCIMENTO, 2011).

Nesse sentido, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior deve englobar medidas de garantia de direito nas condições de acesso e participação em igualdade com as demais pessoas. Ressalte-se que a igualdade referida não significa mesmidade, mas sim equidade no reconhecimento de que pessoas com diferentes necessidades necessitam de diferentes condições para terem assegurada sua participação. Para a efetivação deste direito, as IES, devem oferecer recursos de acessibilidade que promovam a participação, efetiva e com autonomia, do estudante no desempenho das suas atividades. (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, este trabalho teve como temática o estudo da realidade da Educação Superior, tendo como foco os fatores de permanência dos estudantes com

deficiência nesse nível de ensino. Entendendo a amplitude da temática, esta pesquisa fez um recorte para os estudantes com deficiência em uma Instituição de Ensino Superior e a sua percepção sobre a construção de mecanismos para sua permanência neste nível de ensino.

Para alcançar os propósitos desta investigação foi construído um espaço de diálogo com estes estudantes, entendidos como atores principais do contexto, com vistas a captar a percepção desses estudantes sobre o fenômeno estudado. Para a psicologia, a percepção é o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, e inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar. Essas atividades permitem que as pessoas se organizem e interpretem os estímulos. (APA, 2010, p. 696). Nesse sentido, define-se como percepção a função cerebral que atribui significado a estímulos sensoriais, a partir do histórico de suas experiências. Chauí (1999) resume percepção como conhecimento sensorial de configurações ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido e não uma soma de sensações elementares; é o conhecimento de um sujeito corporal, isto é, uma vivência corporal, de modo que a situação do corpo e suas condições são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos. (CHAUI, 1999, p. 153).

Foi definido como problema nesta investigação: Como, a partir do ponto de vista dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tem sido construídos mecanismos para sua permanência na instituição? Assim, esta pesquisa buscou compreender a percepção dos estudantes com deficiência sobre as suas experiências na Educação Superior e como são construídos mecanismos para a permanência neste nível de ensino.

Para o alcance da proposta levantada, definiu-se como universo de análise os estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Essa instituição, criada em 3 de julho de 2006 pela Lei nº 11.151, tem sua administração central na cidade de Cruz das Almas, no interior da Bahia, além de mais outros seis campi nas cidades de Feira de Santana, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro.

Investigar a construção de mecanismos sobre os fatores de permanência dos estudantes com deficiência na Educação Superior não consiste numa tarefa simples,

trata-se na verdade, de um empreendimento complexo, que envolve o processo de evidenciar estes sujeitos no contexto educacional no qual estão inseridos.

Assumiu-se neste trabalho a concepção social de deficiência explicitada anteriormente, entendendo que tal condição, ainda que vinculada a uma causa orgânica específica, relacionada a disfunções ou limitações de ordem física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla, pode ser potencializada pelo contexto no qual o sujeito está inserido.

Isso significa que a "limitação" orgânica pode ser extremamente reforçada por determinados discursos e práticas sociais. Mantoan (2000) utiliza os termos déficit real para se referir às questões orgânicas e déficit circunstancial para abordar as limitações estabelecidas pelo contexto social. Desse modo, entende-se que os déficits circunstanciais são potencialmente mais limitadores que os déficits reais, pois são frutos de estigmas que marcam socialmente as pessoas.

Sob a égide do modelo social, os estudos sobre a deficiência formam uma área de conhecimento cujo esforço argumentativo se concentra na interpretação da diferença humana a partir dos aspectos históricos, culturais e sociais. No Brasil, relevantes estudos merecem destaque pela discussão crítica e consistente que apresentam, como o desenvolvido por Débora Diniz (2007).

Essa autora lança um novo olhar sobre o fenômeno da deficiência para além da perspectiva curativa e de reabilitação que, durante muito tempo, dominaram os estudos desenvolvidos acerca desta temática.

Diferentemente do que a cultura dominante estabelece, o grupo social constituído pelas pessoas com deficiências não é homogêneo quanto às características sociais, econômicas, religiosas, étnicas ou educacionais. Cada indivíduo tem características próprias. (MENEZES, 2015).

A pesquisa em questão traz o conceito de deficiência e o modelo social estudado pela autora Débora Diniz, além de apresentar e discutir os achados de uma revisão sistemática da literatura sobre a temática que tomou como banco de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo desta seção é enfatizar a relevância deste estudo, contextualizando o panorama de pesquisas existentes sobre o tema.

A pesquisa discutiu ainda o conceito de políticas públicas para traçar um contexto histórico das políticas afirmativas que foram implantadas ao longo dos anos, com o objetivo de promover a inclusão dos estudantes com deficiência,

especificamente na Educação Superior. Também faz uma contextualização sobre as políticas públicas, referentes à Educação Superior, existentes no Brasil, além de discutir as políticas afirmativas relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência na instituição pesquisada.

No contexto das abordagens metodológicas da pesquisa em educação, optou-se pela abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, conforme a perspectiva definida por Yin (2015).

A interpretação dos dados coletados ocorreu através das entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa. Para este procedimento foi escolhido o método de Análise de Conteúdo, desenvolvido pela autora Laurence Bardin (2014). Este processo é realizado em etapas definidas como organização, caracterização e categorização. Assim, foram selecionadas categorias de análise de acordo com os objetivos propostos para este estudo e estabelecido um diálogo com teóricos do tema.

Como se tratou de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um Mestrado Profissional, foi elaborado um produto, ao final da investigação, que consistiu na elaboração de um aplicativo para dispositivos móveis com vistas a intensificar a construção de caminhos que agregam a permanência dos estudantes com deficiência nela matriculados. A construção do referido produto foi regida pela compreensão do lema “Nada Sobre Nós Sem Nós”, que é amplamente utilizado pelas pessoas com deficiência para a defesa dos seus direitos. Este lema comunica a ideia de que nenhuma política deveria ser decidida por nenhum representante sem a plena e direta participação dos membros do grupo atingido por essa política. Assim, na sua essência, está presente o conceito de participação plena das pessoas com deficiência.

O PROTÓTIPO E SUA CONFIGURAÇÃO

Esta proposta de produto educacional foi desenvolvida durante a pesquisa intitulada “PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DA UFRB”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGECD, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Consiste na proposição de inovação tecnológica como um aplicativo para dispositivos móveis denominado “UNIACCESS” cujas informações têm como base a análise das entrevistas realizadas com estudantes com deficiência da instituição.

O UNIACCESS é uma aglutinação das palavras Universidade (e junto com ela, a união, a possibilidade de tecer conexões mais fortes) e Acessibilidade. Para o nome do aplicativo, utilizou-se a fonte OCR A Std, uma tipografia sem serifa, mais indicada para facilitar a leitura para das pessoas com baixa visão.

Figura 1. Logo do Aplicativo



Fonte: elaboração própria

Objetivou-se proporcionar, através da utilização da paleta de cores já definida no manual de aplicação da marca desenvolvido pela UFRB, um contraste suficiente para que as pessoas consigam enxergar elementos importantes e que garanta uma boa leitura.

No livro *Sintaxe da Linguagem Visual*, a autora Donis A. Dondis (1997) argumenta que a principal estratégia para induzir e reforçar a mensagem visual é o contraste. Portanto, os elementos de uma composição devem garantir que existe uma diferença marcante e perceptível entre eles. Através da utilização destas estratégias, chegou-se numa logo simples, e que abarca elementos importantes para a construção de uma identidade visual de nosso aplicativo.

Os resultados desta pesquisa apontaram a necessidade de expansão do NUPI para funcionamento descentralizado nos centros de ensino, devido a sua localização física apenas na sede da Universidade em Cruz das Almas. O funcionamento centralizado dificulta o registro das necessidades de atendimentos que podem auxiliar na trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência. Destaca-se também como dado da pesquisa o desconhecimento dos estudantes em relação às políticas de inclusão da Universidade.

Ante a esses dados, a proposta de criação do aplicativo objetivou facilitar a comunicação do estudante com deficiência com o núcleo de políticas de inclusão da UFRB, no intuito de informar as suas demandas relativas as condições de acessibilidade com vistas a favorecer a sua permanência na instituição. Além disso, o aplicativo pode promover a escuta e a autonomia do estudante ao permitir que ele sinalize a sua necessidade a partir do acesso pelo seu próprio dispositivo móvel. Ademais o aplicativo pode favorecer uma comunicação mais eficiente das políticas institucionais de inclusão.

Nesta dimensão, almeja-se que esse espaço de comunicação estabeleça uma relação de reciprocidade entre a instituição e o estudante, além de possibilitar a resolução, com mais agilidade, das demandas por condições de acessibilidade.

A seguir serão apresentadas figuras em formato mockup das telas do aplicativo como demonstração do ambiente sugerido para o mesmo e as suas possibilidades como mecanismo de interação. Em manufatura e design, um mockup ou mock-up é um modelo em escala ou de tamanho real de um projeto ou dispositivo, usado para ensino, demonstração, avaliação de design, promoção e outros propósitos.

Destaca-se também que ainda será desenvolvido e as informações poderão ser atualizadas e alteradas conforme a utilização dos usuários para sua validação.

Para utilização do aplicativo pela primeira vez, é necessário que o estudante realize um cadastro, de modo a facilitar o acompanhamento das suas solicitações.

Figura 2. Tela inicial do aplicativo na 1ª vez de uso



Entrar

MATRÍCULA

Aluno(a) da Ufrb

SENHA

Fazer login

[Esqueci minha senha](#)

[Cadastre-se](#)

Fonte: elaboração própria.

No cadastro, serão solicitadas as informações de nome completo, número de matrícula, telefone, e-mail, curso, Centro de Ensino ao qual está vinculado e tipo de

deficiência ou necessidade específica. Além disso, é necessária a criação de uma senha para acesso ao aplicativo.

Figura 3. Tela de cadastro de usuário

Cadastro de estudante

Já registrado? Entre aqui

NOME COMPLETO

Aluno(a) da Ufrb

MATRÍCULA

|||||

TELEFONE

(xx) xxxxxxxxx

E-MAIL

fulanadetal@ufrb.edu.br

DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADE ESPECÍFICA

|||||

SENHA

CONFIRMAÇÃO DE SENHA

Registrar

Fonte: elaboração própria

Após o cadastro e validação da conta, que é feito através da verificação de código de validação enviado para e-mail e celular, o estudante tem acesso ao menu de acompanhamento, requerimento de solicitação e as políticas de inclusão existentes na instituição.

Figura 4. Interface do aplicativo



Fonte: elaboração própria.

As categorias de solicitações foram definidas a partir das barreiras de acessibilidade, do autor Romeu Sasaki (2006), sendo elas:

- Acessibilidade Arquitetônica: sem barreiras físicas;
- Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre pessoas;
- Acessibilidade Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.;
- Acessibilidade Instrumental: sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.;
- Acessibilidade Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.;
- Acessibilidade Atitudinal: sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.

Figuras 5 e 6. Categorias de solicitação no aplicativo



Fonte: elaboração própria



ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL:



**REFERENTE À
INSTRUMENTOS,
FERRAMENTAS
OU UTENSÍLIOS
DA
UNIVERSIDADE**

ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA:



**REFERENTE AOS
NORMATIVOS
DE INCLUSÃO
DA
UNIVERSIDADE**

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL:



**REFERENTE A
SITUAÇÕES DE
PRECONCEITOS,
ESTEREÓTIPOS,
OU
DISCRIMINAÇÕES
VIVENCIADAS NA
UNIVERSIDADE**

Fonte: elaboração própria

Após a escolha da categoria desejada, o discente poderá realizar a solicitação preenchendo um formulário para registro, centro de ensino e com a possibilidade de inclusão de imagens ou vídeos.

Figura 7. Tela de cadastro de solicitação

 **Cadastro de Solicitação**

 **ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA:**

CENTRO DE ENSINO:

DESCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO (MIN. 20 - MÁX 900):

IMAGENS (MÁX. 3)

  

Anônima (Sem identificação)

Fonte: elaboração própria

O aplicativo permitirá ainda que o estudante envie uma solicitação de forma anônima, caso não deseje ser identificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso o entendimento de que a inclusão social é um paradigma que exige de toda a sociedade mudanças de atitudes e de conceitos em relação às pessoas com deficiência, e a universidade enquanto espaço de produção e socialização de conhecimentos pode e deve ser indutora dessa transformação, a começar pela derrubada de mitos e preconceitos, acerca dessas pessoas, construídos ao longo da história. Sendo assim, levar informações científicas, corretas e coerentes sobre as pessoas com deficiência é fundamental para uma nova postura e desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade.

As trajetórias de afiliação e de utilização de estratégias de permanência pelos estudantes entrevistados trazem à tona a importância de se fazer da universidade um espaço significativo de aprendizagem, de troca e de formação de vínculos afetivos e de construção do saber. Os itinerários formativos dos estudantes com deficiência precisam ser construídos com respaldo de mecanismos institucionais que permitam a esses estudantes experimentarem novas formas de autonomia, só assim a experiência universitária poderá promover a permanência, o sucesso acadêmico e ainda representar a oportunidade de fortalecimento da afirmação pessoal e social.

Ante o exposto, espera-se que, o desenvolvimento do aplicativo em questão, integrado ao Núcleo de Políticas de Inclusão da UFRB, possa fomentar o fortalecimento das ações e intensificar a permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência da instituição.

Propõe-se que o gerenciamento das solicitações recebidas no aplicativo seja compiladas pelo NUPI e encaminhadas aos setores responsáveis para análise e providências necessárias.

Após o desenvolvimento do aplicativo registra-se como necessária a validação do meio pelos usuários potenciais com diferentes tipos de deficiência, matriculados na instituição, objetivando testar a usabilidade. Após validação e modificações necessárias, deve haver o registro da propriedade intelectual com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Criação e Inovação.

Espera-se que este instrumento contribua para o fortalecimento das políticas de permanência da instituição pesquisada.

REFERÊNCIAS

APA. **Dicionário de Psicologia**. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRASIL. Lei 13.146. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**, São Paulo Ática, 1999.

COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DONDIS A. DONIS. **Sintaxe da linguagem visual**. [tradução. Jefferson Luiz Camargo]. 2 ed. - São Paulo: Martins Fontes. 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 19 mar. 2021.

MANTOAN, M. T. É. Educação para Todos: Desafios, Ações, Perspectivas da Inclusão nas Escolas Brasileiras. **Rev. on-line Bibl.v.1.**, n.2, p.68-76, fev. 2000. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10633/ssoar-etd-2000-3-mantoan-educacao para todos desafios.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10633/ssoar-etd-2000-3-mantoan-educacao%20para%20todos%20desafios.pdf?sequence=1). Acesso em: 24 jan. 2021.

MENEZES, S. A. B. DE. **O direito à educação e a igualdade de oportunidades na universidade: percursos de estudantes com deficiências no ensino superior à distância no Brasil e na Espanha.** 403 f. Doutorado em Educação: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NASCIMENTO, V. C. de G. do. **Quando as “exceções” desafiam as regras: vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no ensino superior.** 120 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba, Ceará, 2011.

OLIVEIRA, G. K. A. P. **A Trajetória de Afiliação de Estudantes com Deficiência na Educação Superior.** Dissertação de Mestrado. Salvador, 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. Tradução Cristhian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman. 2015.